



INFORMAÇÃO Nº 92/2023 – DIFLI

PROCESSO Nº: 00600-00002171/2022-19

JURISDICIONADO: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

ASSUNTO: Licitação

VALOR ESTIMADO: R\$ 16.998.581,96

EMENTA: Pregão Eletrônico nº 04/2022. Contratação de empresa especializada em serviços contínuos de engenharia de operação, manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, bem como na realização de serviços eventuais diversos e serviços de recomposição de jardinagem, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Admissibilidade de Representação. Pelo não conhecimento e arquivamento.

Senhor Diretor,

Retornam os autos que tratam do exame do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2022, lançado pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, para a contratação de empresa especializada em serviços contínuos de engenharia de operação, manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, bem como na realização de serviços eventuais diversos e serviços de recomposição de jardinagem, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

2. Cuida a presente instrução da análise de admissibilidade de Representação com pedido cautelar (e-DOC 7B2B1BEF-e, Peça 89) e documentos



anexos (Peças 81 a 88), apresentada pela IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇO DE LOGÍSTICA LTDA. (incorporadora da CONBRAS), inscrita no CNPJ n.º 05.208.211/0001-38, insurgindo-se quanto a recusa da PMDF em assinar com essa empresa contrato decorrente de licitação adjudicada à empresa CONBRAS.

3. Em atendimento ao Despacho n.º 650/2023 – Presidência (e-DOC 7862DF0A-e, Peça 90), nos termos do § 5º do art. 230 do RI/TCDF, verificaremos o cumprimento dos requisitos de admissibilidade da Representação em epígrafe.

Do Teor da Representação

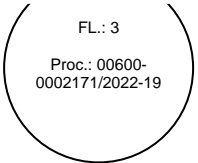
4. A empresa IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇO DE LOGÍSTICA LTDA. (incorporadora da empresa CONBRAS), inscrita no CNPJ de nº 05.208.211/0001-38 (Peça 89), doravante denominada Representante, ingressou a esta Corte a Representação, com pedido de liminar, contra sua desclassificação do Pregão Eletrônico nº 04/2022, alegando quebra de isonomia e suposta vedação editalícia, que teriam impossibilitado a assinatura do contrato junto à IN-HAUS, após a incorporação da empresa CONBRAS.

5. Em apertada síntese, a Representante alega que: (1) é ilegal sua desclassificação por ter passado por um processo de reorganização societária, sendo incorporada de forma interna por outra empresa; e (2) é vasta a jurisprudência que considera legal a realização de alterações subjetivas do contrato seriam legais, estando condicionada somente à manutenção das condições de habilitação, ausência de prejuízo e anuência expressa da administração.

6. Também argumenta que não incorreria na vedação à participação do certame estipulado no item 3.4 do edital, pois o processo de incorporação, somente veio a ocorrer em 08/11/2022, enquanto a abertura da propostas teria ocorrido em 26/08/2022.

7. Da mesma forma, não se aplicaria o item 14.9 do edital, quanto à rescisão do contrato quando no curso da contratação ocorresse essa alteração, pois não havia contrato assinado.

8. Ao final de sua peça, requer :



“A Representante requer deste d. juízo de contas o deferimento do pedido de concessão de medida cautelar, nos termos do regimento do TCDF, no sentido de que seja suspenso o ato administrativo que desclassificou Representante.

Cabível na presente demanda a concessão de pedido, no sentido de suspender o ato que desclassificou a Representante, sobretudo porque a Representante cumpriu com todas as regras do edital, além de ter ofertado o melhor preço à administração.

Os requisitos para a concessão da tutela antecipada estão caracterizados na presente ação, uma vez que a verossimilhança das alegações, bem como o fundado receio do dano irreparável sobressai às razões evidentes, haja vista que a Representante realizou um processo de reorganização societária interna entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, com mesmo quadro societário e mantendo as condições de habilitação por um preço mais vantajoso em mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da próxima convocada.

Ainda assim, não houve qualquer descumprimento do edital, uma vez que quando da participação na licitação, a Representante não estava em processo de reorganização societária, o que veio a se concretizar quase 6 (seis) meses depois.

No mesmo sentido, há parecer do TCU e da própria PGDF afirmando que poderá haver a alteração subjetiva do contrato, mantidas as condições de habilitação, o que é exatamente o caso dos autos.

Assim, a verossimilhança das alegações está caracterizada pelas razões trazidas e pelos documentos carreados, que revelam, de maneira evidente, a prova do bom direito, haja vista que, pelos documentos carreados é indene de dúvidas que a Representante não violou qualquer dispositivo editalício.

O receio de dano irreparável também está evidente, considerando que, a qualquer momento a Representada poderá assinar contrato administrativo junto a outra empresa, além de prejuízo da Representante, em prejuízo do erário, haja vista que será convocada a próxima colocada, que ofertou o preço superior ao da Representante em mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



Neste passo, estando presentes os requisitos para concessão do pedido liminar, é medida que se faz necessária, no sentido de SUSPENDER o ato que desclassificou a Representante.

Nestes termos, pede e aguarda o vosso deferimento.”

DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos:	S/N/NA	Observação:
1 – A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2 – A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
3 – A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	NÃO	§ 10
4 – A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados?	NÃO	§ 10

DA ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE

ANÁLISE:		
Requisitos	S/N/NA	Motivação para Negativa da Admissibilidade
1 - O Representante é legitimado?	SIM	-
2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade?	NÃO	§ 10
3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	NÃO	-
4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	SIM	-

9. Não observamos o cumprimento do requisito de admissibilidade previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA - SESPE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES - DIFLI

FL.: 5

Proc.: 00600-
0002171/2022-19

10. Faltaria a apresentação de indício concernente a ilegalidade de sua desclassificação por incidência na vedação a participação de empresas em processo de incorporação estabelecida no item 3.4.6¹ do Edital (fl. 4 do e-DOC. 0EA51DFA-e, peça 82).

11. Conforme informação disponibilizada pela própria Representante, as alegações de que a empresa não se encontrava em processo de incorporação, enquanto participava do certame, são contraditadas pela homologação do certame ter ocorrido, em 05/01/2023, enquanto o deferimento da incorporação na JCESP já havia ocorrido em 08/11/2022, cerca de 2 meses decorreram entre a incorporação definitiva da empresa e a validação do resultado obtido no certame, após a fase competitiva, habilitação e julgamento de recursos (fl. 19 do e-DOC. 7B2B1BEF-e, peça 89).

12. Por fim, a ata de realização do Pregão Eletrônico nº 04/2022 informa que o encerramento de lances ocorreu somente em 13/12/2022, 08:07:10 (fl. 3 do e-DOC C69654D7-e, peça 85), tendo a empresa CONBRAS participado ativamente, com o envio de documentação até 07/12/2022, 14:03:13 (fl. 8 da peça 85). Ou seja, a empresa CONBRAS continuou participando das etapas da licitação, mesmo já tendo sido incorporada à empresa IN-HAUS INDUSTRIAL, infringindo o item 3.4.6¹ do Edital.

13. Em vista da insuficiência dos apontamentos na insurgência apresentada na peça ora em análise, entendemos desnecessária a oitiva da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, para subsidiar a análise de mérito da Representação.

14. Quanto ao pedido de cautelar, deixaremos de sugerir ao Relator que delibere acerca do feito, uma vez que propomos pelo não conhecimento da peça, por não atender o requisito de admissibilidade previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF.

15. Por fim, propomos o retorno dos autos a esta Unidade para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações posteriores.

¹ 3.4. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

[...]

3.4.6. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;



Das Sugestões

16. Diante do exposto, propomos ao e.Plenário que:

I – tome conhecimento da Representação apresentada pela empresa IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇO DE LOGÍSTICA LTDA. (incorporadora da CONBRAS), inscrita no CNPJ n.º 05.208.211/0001-38, (e-DOC 7B2B1BEF-e, Peça 89), rejeitando sua admissibilidade por não atender o inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF;

II – autorize:

- a) o envio de cópia do Relatório/Voto, da Decisão que vier a ser proferida, de cópia da Representação, bem como da presente Instrução à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF;
- b) a ciência da decisão que vier a ser proferida à Representante, informando-lhe que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações posteriores.

Brasília (DF), 31 de março de 2023.

À consideração superior.

Assinado digitalmente
George Medeiros Marques de Oliveira
Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em, 3 de abril de 2023.

Assinado digitalmente
Hugo Tomaz Neto Moraes
Diretor da DIFLI